

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 13

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

Atendimento - APOSENTADOS 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Alíquota de crédito fiscal para incentivo estadual pode subir 4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Insatisfação no Senado ameaça votações de interesse do governo 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes vão poder negociar débitos bilionários com a União 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Agenda de microrreformas 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Mudança da regra fiscal no meio do ano levanta dúvida 13

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Microrreformas: governo elabora pacote de 17 medidas, maioria não depende de aval do Congresso 15

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

PGFN derruba liminar favorável a rating de empresa 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vice de Tarcísio critica reforma tributária de exceções 19

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vamos entrar em um novo ciclo da economia; o que fazer com seu dinheiro? 20

JORNAL DO BRASIL ONLINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ruralistas, evangélicos e bancada da bala se unem no Congresso para desafiar o Supremo 22

O ESTADO DE S. PAULO - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renault defende fim de incentivos para o Nordeste 24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
POLÍTICA

Lula deve anunciar nesta semana sucessor de Aras 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Fortaleza para tempos duros e maduros - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI 27

Segunda-Feira, 25 de Setembro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Copom deve usar o juro no combate ao risco fiscal? - ALEX RIBEIRO28

Atendimento - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Urge uma providência enérgica e exemplar para que o atendimento no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) seja regularizado imediatamente. O segurado não pode ficar na dependência de uma gestão que não corresponde às suas garantias pela legislação previdenciária. Não é possível e não se entende o porquê dessa inconcebível desorganização no órgão previdenciário e que deveria assegurar o melhor aos seus segurados.

A prioridade está sendo colocada à margem, permitindo que os segurados pelo Instituto permaneçam sem um atendimento adequado e que corresponda aos direitos garantidos na legislação. A nossa centenária Presidência Social deveria, como dissemos antes, servir de exemplo.

JUSTIFICATIVA Não há justificativa ou falta de recursos financeiros para corrigir essa irregularidade. A conta **Seguridade Social** que tem a arrecadação dos recursos financeiros para cobrir as despesas com saúde, assistência social e **previdência social**, apresenta saldos significativos, afirmamos, suficientes para suprir toda a demanda das três áreas.

Os registros contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Governo Federal nos garante essa afirmação que vem através das análises anuais, emitidas e divulgadas amplamente pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (**Anfip**) e Fundação **Anfip** de Estudos Tributários e da **Seguridade Social**.

EXPECTATIVA Aposentados e pensionistas do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), não perdem a esperança e estão na expectativa de que a gestão administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), ao invés de apresentar deficiências, promova uma regularização efetiva em suas ações, de modo a atender o segurado da melhor forma possível, evitando-se o que está acontecendo com aqueles que precisam de um atendimento de perícia médica. A demora deste serviço é injustificável e compromete, inclusive, a qualidade de vida dos que necessitam do serviço. Se os recursos financeiros são suficientes e disponíveis, não encontramos impasses para correção do malfeito.

APROVAÇÃO A aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008, repetimos, que está na Câmara dos Deputados há 15 anos, após aceito, diga-se, por

unanimidade, no Senado Federal e na Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara Federal, é o que almejam aposentados e pensionistas do Regime Geral, prejudicados durante 32 (trinta e dois) anos com a redução financeira em seus proventos. A pendência na Câmara dos Deputados somente causa prejuízo aos aposentados e pensionistas. Que suas excelências, ainda nesta legislatura, promovam a apreciação, votação e aprovação. É o apelo que fazem aos seus representantes na Câmara dos Deputados.

ANIVERSÁRIO O Estatuto da Pessoa Idosa no dia 1º de outubro completa 20 anos de existência. Antes de sua promulgação, vigorava a Lei nº8.842/94, de 04 de janeiro de 1994 - Política Nacional do Idoso. Um aniversário de duas décadas é, portanto, motivo de alegria por sabermos que temos uma Lei de defesa dos direitos das pessoas idosas, maiores de 60 anos de idade e nos diz que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar-lhes com absoluta prioridade a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

DESTAQUE No aniversário do Estatuto, convém destacar o que consagra o artigo 2º: "A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade". Aproveitamos o momento de aniversário para reiterar a inserção do ensino sobre o envelhecimento nos cursos formais e nas Universidades.

DIGNIDADE "É dever de todos zelar pela dignidade da pessoa idosa, colocando- -a a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor" (Estatuto da Pessoa Idosa).

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Alíquota de crédito fiscal para incentivo estadual pode subir

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta e Jéssica Sant'Ana

O governo admite negociar o aumento da alíquota que determinará o crédito fiscal federal a ser concedido para empresas que fizerem investimentos com base em programas estaduais de incentivo, apurou o Valor. Atualmente, ela está fixada em 25% na Medida Provisória (MP) 1.185/2023. A proposta enfrenta fortes resistências no Congresso. Isso preocupa a equipe econômica que avalia ser necessário flexibilizar alguns pontos.

O principal objetivo da MP, na visão do Ministério da Fazenda, é estancar a sangria nas receitas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. As perdas, que segundo a **Receita Federal** foram de R\$ 50 bilhões em 2022, decorrem da redução da base de cálculo dos **tributos** em função de incentivos fiscais estaduais na chamada "guerra fiscal".

Decisão do Superior Tribunal de Justiça em maio deu base a que o governo não aceite mais o abatimento dessas despesas. A MP propõe que as despesas de custeio não sejam mais descontadas, mas mantém a possibilidade para investimentos. Para isso, propôs um novo modelo, o que gerou muitas dúvidas e críticas das grandes empresas e ampliaram a resistência no Legislativo

A MP muda a forma de usufruto do benefício fiscal perante o fisco federal. Em vez de descontar as despesas com investimento da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, como é hoje, a empresa receberá um crédito fiscal. Seguindo as melhores práticas da OCDE, a proposta é não haver mais redução de base tributária, e sim um apoio orçamentário. Ao conter os abatimentos dos gastos com custeio, o governo espera arrecadar R\$ 35,3 bilhões mais no ano que vem e R\$ 102,6 bilhões até 2027.

O sinal de que a alíquota pode ser elevada foi dado em reunião de integrantes da Fazenda com o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Danilo Forte (União Brasil -CE), na terça-feira. O parlamentar estava acompanhado de representantes da federação das indústrias e de grandes empresas do Ceará. "A gente quer falar com as empresas que estão fazendo investimento", relatou uma fonte do governo. "Se 25% é pouco, o que é?

Vamos conversar. O que é razoável? Vamos aumentara alíquota." O objetivo, disse, é chegar a um entendimento para que não haja litígio.

Forte disse ao Valor que, na visão das empresas, o crédito de 25% não é suficiente para se contrapor à tributação federal, que hoje alcança 43,25%. Outro ponto levantado por elas é a demora na compensação dos créditos. Ficou acertado que as empresas elaborarão uma nota técnica para embasar as discussões, informou o deputado.

Integrantes da Fazenda sinalizaram outras alterações possíveis. Por exemplo: se necessário, pode ser incluído um dispositivo para deixar claro que incentivos no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) não são alcançados pela MP. Esse era um ponto central de preocupação do deputado. Foi interpretado, a partir da MP, que esses benefícios poderiam ser afetados. Mas essa nunca foi a intenção do Ministério da Fazenda, disse uma fonte do governo.

Havia também a interpretação que o crédito fiscal seria concedido apenas a novos investimentos, e não aos que já estão instalados nos Estados e que queiram fazer expansão. Essa distinção tampouco é intenção do Ministério da Fazenda, informou um integrante da equipe econômica.

Um outro ponto que causou preocupação nas grandes empresas é a habilitação das empresas candidatas ao crédito fiscal de investimento. No entendimento de alguns advogados, isso passaria a depender de uma análise caso a caso a ser feita pela **Receita Federal**. A perspectiva de mais burocracia e demora causaram forte preocupação nas empresas, que viram risco de investimentos se tomarem inviáveis.

Na reunião com Forte, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, teria dito que aceita fazer com que o ato concessório seja a lei estadual. Segundo a fonte, não há intenção de criar entraves, e isso pode ser feito com alteração no texto da MP. Houve ainda sinal favorável a mudanças operacionais que darão mais fluidez no usufruto do crédito.

A fonte do Ministério da Fazenda explicou que a pasta não está cedendo às pressões, mas está disposta a

entender os pontos de divergência e buscar um entendimento. "Se eles estão dizendo que não vão topar, talvez a gente tenha que ceder", comentou.

O governo aguarda a aprovação dessa MP para dar os próximos passos nesse tema. No início do mês, Barreirinhas informou à imprensa que já havia notificado as 50 empresas que mais utilizaram indevidamente o benefício. O passo seguinte é abrir processos de fiscalização. No entanto, é feito um trabalho para que os contribuintes acertem as contas antes disso, evitando assim a multa de 75% aplicada nesses casos.

Para sensibilizar o Congresso, integrantes do governo têm argumentado ainda que a perda de receitas do IRPJ reverbera nas finanças de Estados e municípios, pois parte das receitas desse tributo é distribuída por meio dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios(FPM).

Os integrantes da equipe econômica disseram a Forte que a MP favorece o Estado, na medida que impede a ocorrência dessas perdas. "Quem está dando benefícios do ICMS são os grandes industriais, e estão deixando o Ceará em prejuízo", argumentou a fonte. Ao demonstrar que os Estados menos industrializados perdem com as subvenções, o governo espera angariar mais apoio no Congresso Nacional.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187668?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187668?page=1§ion=1)**

Insatisfação no Senado ameaça votações de interesse do governo

Julia Lindner

Passada a **reforma ministerial**, o governo começa a enfrentar dificuldades em votações no Senado. A avaliação de alguns parlamentares é que o Palácio do Planalto voltou toda a sua atenção para a Câmara nos últimos meses visando dirimir conflitos com os deputados e descuidou da articulação na outra Casa. Além disso, há críticas sobre uma possível omissão na atuação de aliados do Executivo em reuniões de líderes e comissões estratégicas.

A situação ocorre no momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está prestes a indicar um nome para o Supremo Tribunal Federal (STF), que depende do aval dos senadores.

O primeiro sinal de descompasso foi sentido durante a análise do projeto de lei (PL) que restabeleceu o voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, no fim de

agosto. Embora o governo tenha vencido a votação, a margem ficou mais apertada do que o esperado: foram 34 votos a 27. Os governistas esperavam ter 40 votos.

Chamou a atenção de congressistas o fato de alguns aliados do Planalto terem deixado de votar naquela ocasião. Um deles foi o senador Jader Barbalho (MDB-PA), cujo filho, Jader, ocupa uma cadeira na Esplanada como ministro das Cidades.

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) também não votou. Segundo a assessoria de imprensa da parlamentar, ela teve uma reunião fora do Senado no mesmo horário da deliberação. Já a assessoria de Jader não justificou a ausência dele até o momento.

Há cerca de duas semanas, os senadores aprovaram por unanimidade uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para reintegrar servidores dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima aos quadros da União. A medida é vista pela equipe econômica como uma pauta-bom-ba, que pode gerar um custo extra de R\$ 6,5 bilhões à União.

Neste caso, o Planalto ficou sem reação, já que a iniciativa partiu justamente de um dos líderes do governo, Randolfe Rodrigues (sem-partido-AP), e do senador Davi Alcolumbre (União-AP). A estratégia do

Planalto, então, foi "desistir" de mudanças no Senado e tentar amenizar a proposta na Câmara, para onde o texto foi encaminhado.

Os problemas ficaram mais evidentes durante a análise do marco temporal na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Os governistas saíram derrotados, por 15 votos a oito, ao tentarem aprovar uma audiência pública para discutir o tema antes da deliberação da matéria, marcada para esta quarta-feira (27).

Randolfe Rodrigues admitiu que foi pego de surpresa pelo resultado e justificou a derrota dizendo que diversos governistas estavam fora para participar da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Outros parlamentares, no entanto, dizem que a situação tem se repetido em outros momentos.

Senadores ligados ao Planalto reclamam da ausência dos aliados em colegiados estratégicos e dizem que não podem "segurar" a pauta sozinhos. Dizem, ainda, que o mesmo tem ocorrido na reunião de líderes, que acaba sendo ocupada na maior parte do tempo pelos opositores.

Na terça (19), o governo pediu para que o projeto que permite adesão ao Simples Nacional de empresas com imóveis próprios para locação fosse retirado dos itens a serem votados no plenário, sob risco de se tornar mais uma pauta-bomba. O texto passou pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no início do mês, sem qualquer objeção dos governistas, que só se deram conta quando a matéria já estava no plenário.

Para piorar, o governo está diante agora do risco de suspensão do Desenrola Brasil. A relatoria do projeto de lei que trata da regulamentação do programa caiu nas mãos de Rodrigo Cunha (Podemos-AL), que é adversário do governo. Cunha indicou que não tem pressa para encaminhar a tramitação. O governo, por sua vez, precisa que o texto seja aprovado até o início de outubro, quando a medida provisória (MP) que criou o Desenrola perde a validade.

Pessoas ligadas à cúpula do Senado dizem que Cunha pediu para relatar o Desenrola desde o início. Integrantes da base aliada não se opuseram. Tampouco procuraram o alagoano para costurar a

tramitação mais célere.

Agora, o governo terá que correr contra o tempo. A conversa entre Cunha e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) está marcada para esta quarta-feira (27), mesma data em que os aliados do Planalto gostariam que a votação ocorresse em plenário.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Insatisfação no Senado ameaça votações de interesse do governo

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187668?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187668?page=1§ion=1)**

Contribuintes vão poder negociar débitos bilionários com a União

Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon De Brasília
(Colaboraram Lu Aiko Otta e Jéssica Sant"Ana)

O Ministério da Fazenda pretende abrir, até o fim deste ano, a possibilidade de negociação de débitos relacionados a duas teses bilionárias que atualmente estão em discussão na esfera administrativa ou no Judiciário. Trata-se da chamada transação tributária, que pode resultar em acordo entre contribuinte e União, com condições mais favoráveis de parcelamento, além de descontos na dívida.

A Fazenda Nacional estima que a transação relacionada a essas duas teses poderá beneficiar grandes contribuintes e reforçar o caixa da União em até R\$ 12 bilhões em 2024 - o mecanismo da transação é uma das principais apostas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para zerar o déficit no próximo ano.

Contudo, ambas as teses são controversas: não se sabe se quem optar por seguir em frente com a discussão contra a Fazenda vai ganhar ou perder o processo. Para aderir à transação, é preciso desistir do litígio.

"São temas muito controversos", afirma Anelize Almeida, procuradora-geral da Fazenda Nacional, em entrevista exclusiva ao Valor.

As duas teses que serão abertas em breve pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) serão referentes ao PIS e à Cofins. De acordo com dados do Ministério da Fazenda, os valores das causas nos processos sobre as contribuições em andamento somam R\$ 785,4 bilhões.

A Fazenda localizou 300 discussões diferentes sobre esses **tributos** e destacou 19 assuntos prioritários, dos quais vão sair as duas teses que poderão entrar na transação tributária.

Entre eles está a discussão sobre a inclusão do PIS e da Cofins na própria base de cálculo. Há mais de 16 mil processos sobre o assunto em tramitação, que aguardam julgamento em repercussão geral no Supremo Tribunal Federal (STF). A estimativa de impacto para os cofres do governo, em caso de perda nesses processos, é de R\$ 65 bilhões.

Outra tese que pode ser colocada aos contribuintes para transação se refere à inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da Cofins, que envolve quase 14 mil processos.

De acordo com o governo, se a Fazenda perder essa tese, o impacto fiscal poderá chegar a R\$ 35,4 bilhões, segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024.

Há ainda um terceiro tema em análise que pode ser colocado para transação: a inclusão de crédito presumido de ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins. Há 1,1 mil processos sobre o tema, com um impacto fiscal estimado para a União de R\$ 16,5 bilhões, de acordo com a LDO.

Um dos motivos que levam a Fazenda Nacional a abrir a transação para duas grandes teses é um dispositivo da nova lei do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, sancionada na quinta-feira (Lei nº 14.689/2023). Ele possibilita a realização da transação com teses tributárias que envolvem processos bilionários ainda em discussão na esfera administrativa ou no Judiciário.

Até então, só era possível negociar com a Fazenda valores já inscritos na dívida ativa, após derrota do contribuinte nos tribunais ou no **Carf**.

Para fazer a seleção das possíveis teses a entrar na transação, a PGFN analisou as discussões no **Carf** para saber o que a Fazenda ganhou no conselho, se existe recurso em repetitivo ou repercussão geral da Fazenda, ou do contribuinte, e como estava a discussão na segunda instância do Judiciário. "Essa transação de controvérsia, das grandes teses, parte de uma prognose indeterminada. Eu não sei se vou ganhar ou perder. Está tão controverso que é melhor ir para a transação, desistir de um processo e resolver o litígio", diz Anelize.

A minuta do edital, que pode ser divulgada até o fim deste mês, será parecida com a da transação já aberta para outras teses (Participação nos Lucros e Resultados - PLR e ágio interno). Segundo a própria procuradora, porém, elas deram pouco apetite de adesão. Para ela, a nova regra deve ser mais estimulante.

A estimativa de recuperação com esse assunto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 é de R\$ 12 bilhões. O valor se refere aos pagamentos, no primeiro ano, de até duas transações de teses. Esse montante é calculado com base no atual estoque de processos, estimando percentuais de descontos e de adesão.

O cálculo é conservador, segundo a procuradora. Anelize avalia que as condições especiais para pagamento, que envolvem parcelamento e descontos, têm potencial para impulsionar negociações. Ela lembra também que a PGFN receberá 100 novos procuradores em 2024, a partir de um concurso aberto, reforçando a equipe de recuperação de créditos.

Por isso, para ela, o valor recuperado será superior à estimativa.

Anelize também aponta que a recuperação de créditos inscritos na dívida ativa da União, a partir de transações, deve ser maior do que o estimado para este ano. A PGFN aguardava obter R\$ 30 bilhões até o fim deste ano, mas R\$ 22 bilhões já entraram no caixa no primeiro semestre.

Assim, segundo a procuradora, é esperado que o governo recupere cerca de R\$ 42 bilhões até dezembro.

Os R\$ 12 bilhões adicionais diminuiriam a projeção de déficit no fim deste ano, que está em R\$ 141,4 bilhões, segundo dado divulgado na sexta-feira.

Na avaliação do advogado tributarista Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos e pesquisador do Insper, as novas condições para transações podem atrair as empresas para as negociações e "são fruto de aprendizado da PGFN em relação a casos passados".

Por outro lado, Vasconcelos alerta: a seleção das teses será fundamental para que o contribuinte aceite negociar. "Assim como a PGFN faz uma avaliação de prognóstico de perda [com os processos], os contribuintes também o fazem", comentou. "Encontrar o ponto de equilíbrio será determinante para tornar os editais mais atrativos", completa.

"Está tão controverso que é melhor ir para a transação" Anelize Almeida

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187668>

Agenda de microrreformas

GERALDA DOCA

Com frágil base do governo no Congresso e à espera do avanço das pautas econômicas, o Ministério da Fazenda trabalha em paralelo em uma agenda extensa de microrreformas.

Mais da metade das 17 medidas que compõem o pacote requer apenas ação do Executivo, como portarias ministeriais ou resolução do Conselho Monetário Nacional. Mas parte relevante delas ainda dependeria do aval dos parlamentares.

Os temas vão desde ampliação do acesso ao crédito consignado a trabalhadores do setor privado até mudanças na política de investimento de fundos de pensão e seguradoras para incentivar o aporte de recursos em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As iniciativas foram divididas em quatro áreas: crédito, seguro e previdência, tributação e mercado de capitais e vêm sendo discutidas com entidades que representam bancos, fundos de pensão e o Banco Central (BC). Segundo o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, a estratégia é lançar as medidas assim que estiverem prontas: - O **PIB** (Produto Interno Bruto) tem evoluído bem e surpreendido positivamente.

Mas a agenda de reformas vai nos ajudar a continuar crescendo sem **inflação**, pois tem impacto positivo na produtividade.

O debate ocorre no momento em que o governo enfrenta obstáculos para aprovar algumas das medidas cruciais para manter o arcabouço fiscal de pé. A equipe econômica precisa elevar receitas para garantir o déficit zero em 2024. A medida provisória que muda a tributação de incentivos por meio do ICMS, por exemplo, corre o risco de virar projeto de lei, mudança que dá mais poder à Câmara.

MIGRAR CRÉDITO CONSIGNADO Se a velocidade de tramitação no Congresso não está garantida, na agenda de microrreformas, a proposta de ampliação do acesso ao crédito consignado para os trabalhadores do setor privado pode sair até o fim do ano. A medida vai permitir que o trabalhador possa migrar o empréstimo para outra empresa em caso de mudança de emprego. Hoje, isso não é possível por falta de sistema. A ideia é adotar modelo semelhante à plataforma do Desenrola, programa de renegociação

de dívidas, com a participação do Ministério do Trabalho, bancos e empresas.

A alta rotatividade do mercado de trabalho formal é um entrave à ampliação do consignado pelos bancos. Para a área econômica, a medida é crucial para aumentar o acesso ao crédito mais em conta a milhões de trabalhadores. Os juros cobrados de **servidores públicos** e aposentados do **INSS** são mais em conta pela estabilidade.

Segundo dados do BC, a taxa do consignado de **servidores públicos** estava em 24,2% ao ano em agosto; de beneficiários do **INSS**, em 24,8%, e de trabalhadores do setor privado, em 38,5%.

O governo quer simplificar e unificar a política de investimentos dos fundos de previdência e seguradoras - donos de patrimônio de R\$ 3 trilhões -, para direcionar mais recursos à infraestrutura, sobretudo a projetos do PAC. Além de alterar normas contábeis, a equipe econômica quer ajustar a legislação, que privilegia aplicações em títulos públicos em detrimento de papéis emitidos pelo setor privado.

A ideia é estender às empresas que participarem do PAC a isenção tributária concedida a pessoas físicas em debêntures de infraestrutura. Dessa forma, elas poderão pagar melhor remuneração aos fundos de previdência, que investem mirando o longo prazo.

Hoje, 65% dos recursos do setor estão aplicados em títulos públicos. Apesar de haver autorização para investimentos em título privado de até 80%, o percentual não chega a 10% pelos riscos envolvidos.

O governo quer estimular um mecanismo chamado de anuidade, que dá aos trabalhadores que poupam para a aposentadoria um benefício "vitalício", independentemente das flutuações na economia. O risco seria transferido a seguradoras, o que a legislação ainda não permite. O mercado é bastante desenvolvido em outros países, disse o secretário.

Esta é uma das ações que dependem de aval do Congresso.

Ele destacou a importância de acelerar a recuperação de crédito, um dos itens que o governo pretende avançar para reduzir o custo dos financiamentos.

Uma das dificuldades é a morosidade do Judiciário. A proposta prevê a criação da figura do agente de

execução, que poderá ser exercida por cartórios ou advogados. Eles irão atrás do devedor e do seu patrimônio. O processo seria fiscalizado pelo Judiciário.

- É prática internacional que deu muito certo em Portugal - disse Barbosa Pinto.

Consta ainda na agenda a redução da burocracia e do custo das emissões de papéis, para estimular o mercado de capitais e permitir que pessoas físicas e empresas captem recursos diretamente dos credores.

- A gente está fazendo uma revolução no Brasil para facilitar e reduzir o custo do crédito. A gente não vai precisar de mais um Desenrola - disse o secretário.

Segundo ele, o pacote é formado por complementos a projetos em fase final de tramitação no Congresso, como o marco das garantias, que permite oferecer o mesmo imóvel como garantia de novo empréstimo, desde que 80% do financiamento tenha sido pago.

Ele foi enviado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e encampado pelo atual governo.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) participa das discussões. "A Febraban considera positivo o conjunto de medidas pelo Ministério da Fazenda voltadas para solução de problemas observados no mercado de crédito brasileiro", diz em nota, salientando que algumas fazem parte de sugestões da entidade e do setor bancário e são exemplo do potencial de parceria entre setores público e privado.

AGENDA DE SIMPLIFICAÇÃO Para ampliar o consignado, a Febraban sugere que o governo use o eSocial para reter o valor das parcelas a serem repassadas aos bancos credores, a partir de valores pagos ao trabalhador pelas empresas. Hoje, as empresas retêm a parcela na folha e repassam aos bancos.

"A iniciativa possibilita a democratização do crédito consignado, que poderia ser estendido a trabalhadores domésticos", afirmou.

O presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp), Jarbas Antonio de Biagi, disse que com a queda dos juros é necessário ter alternativas de investimento para que os recursos acumulados pelos participantes continuem rendendo: - Estamos discutindo a simplificação e maior diversificação dos investimentos.

Queremos visitar os limites e poder voltar a investir em imóvel físico, como certificado de recebíveis imobiliários.

Em nota, a Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima) defendeu a necessidade de aprimorar marcos reguladores.

E cita a facilitação da entrada do investidor estrangeiro, com ajustes no cadastro que reduzem a burocracia envolvida.

"A gente está fazendo uma revolução no Brasil para facilitar e reduzir o custo do crédito. A gente não vai precisar de mais um Desenrola"

Marcos Barbosa Pinto, secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda

O que está incluído no pacote

Crédito

Crédito privado: ampliar o acesso dos trabalhadores do setor privado ao empréstimo consignado, com juros mais baixos

Recuperação de crédito: criar um sistema de cobrança extrajudicial, com a figura do agente executor, que pode ser cartório ou advogado, para ir atrás do devedor e seu patrimônio

Letra Imobiliária Garantida (LIG) no exterior: permitir a emissão de títulos do setor no exterior

Identidade digital e combate a fraudes: fortalecer o combate a fraudes de forma a aumentar a confiança do público em um sistema financeiro inovador à medida em que os serviços migram para plataformas digitais.

Criar identidade digital única e a expansão dos serviços do gov.br

Negócio fiduciário: incluir na legislação o negócio fiduciário para trazer maior flexibilidade ao sistema econômico

Modernização de instrumentos de crédito: ampliar os instrumentos financeiros, como assinaturas eletrônicas, para impulsionar negócios para investidores e consumidores

Previdência

Política de Investimentos: simplificar e padronizar a política de investimentos de fundos previdenciários e seguradoras para direcionar recursos a obras de infraestrutura (PAC)

Mercado de anuidades: criar instrumento que garanta

aos trabalhadores que poupam para aposentadoria um provento vitalício, livre de flutuações econômicas

Seguro garantia em licitações: ajustar as regras para dar mais segurança a obras públicas, principalmente de infraestrutura

Seguro rural: reforçar o sistema de proteção da agroindústria para dar maior segurança e estabilidade na produção de alimentos

Regulamentação do acesso ao crédito com recursos previdenciários

Mercado de Capitais

Patrimônio de afetação: fortalecer a segregação patrimonial de incorporação imobiliária para dar mais segurança ao consumidor

Dívidas privadas: facilitar a emissão de títulos privados, reduzindo a dependência de financiamentos bancários

Novos instrumentos financeiros: criar instrumentos alinhados à agenda ESG

Tributação

Hedge no exterior: facilitar a realização de operações de hedge (proteção), reduzindo distorções tributárias

Cadastro de investidor estrangeiro: ampliar horizontes de investimentos, com a retirada de entraves a não residentes, facilitando o cadastramento de estrangeiros

Produtos financeiros: melhorar a tributação de Exchange Traded Funds (ETFs)

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com>

Mudança da regra fiscal no meio do ano levanta dúvida

Lu Aiko Otta

Com o ano em pleno andamento, houve substituição na regra para condução das contas públicas: saiu o teto de gastos, entrou o novo arcabouço fiscal. Os reflexos da transição aparecem nas novas projeções de receitas e despesas para 2023, apresentadas na sexta-feira (22).

Uma coisa não mudou: o limite para as despesas primárias deste ano continua sendo de R\$ 1,945 trilhão. Mesmo como fim da regra do teto, o limite seguiu o mesmo. Mudou apenas a base legal. Outra coisa mudou, mas não está claro o quanto. Com a revogação do teto, voltaram a vigorar os gastos mínimos nas áreas de Saúde e Educação estabelecidos na Constituição-revogados pelo teto.

As despesas do governo federal com educação, historicamente, são cumpridas com folga. A dúvida recai sobre os gastos na área de saúde que, pela Constituição, devem ser de 15% da Receita Corrente Líquida (RCL). Não está claro se deve ser cumprido o piso do ano todo, o que daria uma conta adicional de R\$ 20 bilhões. Ou se seria considerado só a parte do ano após a sanção arcabouço.

Na dúvida, o governo optou por não colocar nenhum gasto adicional nas projeções de despesas por enquanto. Só o fará quando o quadro estiver mais claro, informou secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos. O próximo relatório de projeções de receitas e despesas primárias sai no dia 22 de novembro.

Quando o novo arcabouço foi sancionado e surgiu a dúvida quanto ao piso, o governo informou que faria uma consulta ao TCU de como proceder, visto que a aplicação integral da regra tornaria necessário fazer grandes cortes em despesas já programadas e colocaria a máquina pública em risco de "shutclown". Essa consulta ainda não foi feita, três semanas após a sanção.

Sugiram dois fatos novos nessa discussão. O primeiro foi um pedido do Ministério Público junto ao TCU, no sentido de liberar o governo de cumprir os pisos neste ano, por causa do risco aos demais programas. Outro foi uma iniciativa do deputado Zeca Dirceu (PT-PR), líder do governo na Câmara, de aprovar dispositivo

que cria regra especial para o piso da saúde só este ano. Ela limita a RCL à que está informada no orçamento. A despesa adicional seria de algo como R\$ 5 bilhões, disse Bijos.

Ele disse que o governo vai respeitar o trabalho do Congresso Nacional e esperar a decisão sobre a proposta de Dirceu. No momento, ela está em análise no Senado. A proposta de Dirceu foi classificada como "atabalhada" pela equipe econômica, que trabalhava em outra linha de defesa: argumentar, no TCU, que o cumprimento ou não do piso da saúde só surgiu a esta altura do ano, em setembro, porque o governo antecipou o envio da proposta do novo arcabouço fiscal ao Congresso e obteve aprovação antes do tempo.

O cronograma estabelecido na PEC da Transição previa que a proposta do arcabouço seria enviada no final de agosto (foi em abril), para ser aprovada no fim do ano (passou em agosto). Assim, conforme esse cronograma, não seria mesmo exigido o cumprimento do piso este ano. Exigi-lo agora, argumentou uma fonte, seria "punir o bom gestor".

Se a conta adicional será de R\$ 20 bilhões, R\$ 5 bilhões ou zero, é algo que deverá ser incorporado às projeções apenas em novembro. Questionado sobre a base legal para o governo potencialmente descumprir a Constituição, Bijos explicou que o orçamento segue lógica anual

Ele ressaltou também que, com piso ou sem piso, a área de saúde teve importante reforço de recursos este ano. Sob a regra do teto de gastos, receberia R\$ 147 bilhões. A previsão do orçamento é de R\$ 168 bilhões. Para 2024, o acréscimo é de R\$ 50 bilhões, configurando o maior crescimento entre os ministérios.

Segundo os dados do governo, as receitas primárias líquidas de transferências serão de R\$ 1,914 trilhão em 2023, enquanto as despesas primárias atingirão R\$ 2,056 trilhões, dos quais R\$ 1,949 trilhão são sujeitos ao limite. Assim, o resultado primário projetado é um déficit de R\$ 141,4 bilhões, cumprindo com folga a meta (déficit de R\$ 216,4 bilhões).

Não há problema com a meta de resultado primário, mas as despesas sujeitas ao limite o estão superando em R\$ 600 milhões. Assim, esse valor será bloqueado,

elevando a R\$ 3,8 bilhões o total retido neste ano. Detalhamento das despesas contidas deve ser publicado esta semana.

Ante as receitas primárias totais projetadas em setembro, houve acréscimo de R\$ 6,6 bilhões, com nova projeção de R\$ 2,373 bilhões. O aumento foi puxado pela arrecadação previdenciária, influenciada pela massa salarial, e por receitas sobre exploração de recursos minerais. Houve redução de R\$ 4,8 bilhões na arrecadação administrada pela Receita, principalmente no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

As despesas primárias avançaram R\$ 1,3 bilhão, influenciadas principalmente pela Previdência (acrécimo de R\$ 2,5 bilhões), reflexo do trabalho de redução das filas do **INSS**. Pelo lado baixista, o principal fator foram as despesas com pessoal e encargos do governo, com redução de R\$ 3,3 bilhões.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Mudança da regra fiscal no meio do ano levanta dúvida

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187668?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187668?page=1§ion=1)**

Microrreformas: governo elabora pacote de 17 medidas, maioria não depende de aval do Congresso

Com frágil base do governo no Congresso e à espera do avanço das pautas econômicas, o Ministério da Fazenda trabalha em paralelo em uma agenda extensa de microrreformas. Mais da metade das 17 medidas que compõem o pacote requer apenas ação do Executivo, como portarias ministeriais ou resolução do Conselho Monetário Nacional.

Mas parte relevante delas ainda dependeria do aval dos parlamentares. Os temas vão desde ampliação do acesso ao crédito consignado a trabalhadores do setor privado até mudanças na política de investimento de fundos de pensão e seguradoras para incentivar o aporte de recursos em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As iniciativas foram divididas em quatro áreas: crédito, seguro e previdência, tributação e mercado de capitais e vêm sendo discutidas com entidades que representam bancos, fundos de pensão e o Banco Central (BC). Segundo o secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Barbosa Pinto, a estratégia é lançar as medidas assim que estiverem prontas:

- O **PIB** (Produto Interno Bruto) tem evoluído bem e surpreendido positivamente. Mas a agenda de reformas vai nos ajudar a continuar crescendo sem **inflação**, pois tem impacto positivo na produtividade.

O debate ocorre no momento em que o governo enfrenta obstáculos para aprovar algumas das medidas cruciais para manter o arcabouço fiscal de pé. A equipe econômica precisa elevar receitas para garantir o déficit zero em 2024. A medida provisória que muda a tributação de incentivos por meio do ICMS, por exemplo, corre o risco de virar projeto de lei, mudança que dá mais poder à Câmara.

Se a velocidade de tramitação no Congresso não está garantida, na agenda de microrreformas, a proposta de ampliação do acesso ao crédito consignado para os trabalhadores do setor privado pode sair até o fim do ano. A medida vai permitir que o trabalhador possa migrar o empréstimo para outra empresa em caso de mudança de emprego.

Hoje, isso não é possível por falta de sistema. A ideia é adotar modelo semelhante à plataforma do Desenrola Brasil , programa de renegociação de dívidas, com a participação do Ministério do Trabalho, bancos e empresas.

A alta rotatividade do mercado de trabalho formal é um entrave à ampliação do consignado pelos bancos. Para a área econômica, a medida é crucial para aumentar o acesso ao crédito mais em conta a milhões de trabalhadores. Os juros cobrados de **servidores públicos** e aposentados do **INSS** são mais em conta pela estabilidade. Segundo dados do BC, a taxa do consignado de **servidores públicos** estava em 24,2% ao ano em agosto; de beneficiários do **INSS**, em 24,8%, e de trabalhadores do setor privado, em 38,5%.

O governo quer simplificar e unificar a política de investimentos dos fundos de previdência e seguradoras - donos de patrimônio de R\$ 3 trilhões -, para direcionar mais recursos à infraestrutura, sobretudo a projetos do PAC. Além de alterar normas contábeis, a equipe econômica quer ajustar a legislação, que privilegia aplicações em títulos públicos em detrimento de papéis emitidos pelo setor privado.

A ideia é estender às empresas que participarem do PAC a isenção tributária concedida a pessoas físicas em debêntures de infraestrutura. Dessa forma, elas poderão pagar melhor remuneração aos fundos de previdência, que investem mirando o longo prazo.

Hoje, 65% dos recursos do setor estão aplicados em títulos públicos. Apesar de haver autorização para investimentos em título privado de até 80%, o percentual não chega a 10% pelos riscos envolvidos.

O governo quer estimular um mecanismo chamado de anuidade, que dá aos trabalhadores que poupam para a aposentadoria um benefício "vitalício", independentemente das flutuações na economia. O risco seria transferido a seguradoras, o que a legislação ainda não permite. O mercado é bastante desenvolvido em outros países, disse o secretário. Esta é uma das ações que dependem de aval do Congresso.

Ele destacou a importância de acelerar a recuperação de crédito, um dos itens que o governo pretende avançar para reduzir o custo dos financiamentos. Uma das dificuldades é a morosidade do Judiciário. A proposta prevê a criação da figura do agente de execução, que poderá ser exercida por cartórios ou advogados. Eles irão atrás do devedor e do seu patrimônio. O processo seria fiscalizado pelo Judiciário.

- É prática internacional que deu muito certo em Portugal - disse Barbosa Pinto.

Consta ainda na agenda a redução da burocracia e do custo das emissões de papéis, para estimular o mercado de capitais e permitir que pessoas físicas e empresas captem recursos diretamente dos credores.

- A gente está fazendo uma revolução no Brasil para facilitar e reduzir o custo do crédito. A gente não vai precisar de mais um Desenrola - disse o secretário .

Segundo ele, o pacote é formado por complementos a projetos em fase final de tramitação no Congresso, como o marco das garantias, que permite oferecer o mesmo imóvel como garantia de novo empréstimo, desde que 80% do financiamento tenha sido pago. Ele foi enviado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e encampado pelo atual governo.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) participa das discussões. "A Febraban considera positivo o conjunto de medidas pelo Ministério da Fazenda voltadas para solução de problemas observados no mercado de crédito brasileiro", diz em nota, salientando que algumas fazem parte de sugestões da entidade e do setor bancário e são exemplo do potencial de parceria entre setores público e privado.

Para ampliar o consignado, a Febraban sugere que o governo use o eSocial para reter o valor das parcelas a serem repassadas aos bancos credores, a partir de valores pagos ao trabalhador pelas empresas. Hoje, as empresas retêm a parcela na folha e repassam aos bancos. "A iniciativa possibilita a democratização do crédito consignado, que poderia ser estendido a trabalhadores domésticos", afirmou.

O presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp), Jarbas Antonio de Biagi, disse que com a queda dos juros é necessário ter alternativas de investimento para que os recursos acumulados pelos participantes continuem rendendo:

- Estamos discutindo a simplificação e maior diversificação dos investimentos. Queremos visitar

os limites e poder voltar a investir em imóvel físico, como certificado de recebíveis imobiliários.

Em nota, a Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima) defendeu a necessidade de aprimorar marcos reguladores. E cita a facilitação da entrada do investidor estrangeiro, com ajustes no cadastro que reduzem a burocracia envolvida.

Crédito

Previdência

Mercado de Capitais

Tributação

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/09/25/mi-crorreformas-governo-elabora-pacote-de-17-medidas-maioria-nao-depnde-de-aval-do-congresso.ghtml>

PGFN derruba liminar favorável a rating de empresa

Por Beatriz Olivon e Guilherme Pimenta - De Brasília

25/09/2023 05h03 Atualizado há uma hora

A indústria do setor de óleo e gás Brasilamarras perdeu a liminar que mudava sua classificação da capacidade de pagamento (Capag) e melhorava os descontos na negociação de dívidas com a União, a chamada transação tributária. A empresa pretende recorrer para questionar a análise feita pela Fazenda Nacional.

De cada dez transações, em cerca de três há pedido de revisão da Capag e um é concedido, segundo a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na Justiça já são 71 casos de questionamento do rating (classificação) aplicado pela Fazenda. Na segunda instância tramitam 18 recursos, sendo que 15 foram negados em primeiro grau, mantendo a avaliação da PGFN.

Como quanto pior a capacidade de pagamento, maiores são os descontos, alguns devedores querem que a Fazenda reconheça que sua situação econômica é ainda pior do que ela avaliou.

No caso da Brasilamarras, a PGFN recorreu ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) para derrubar a liminar obtida pela indústria.

A empresa aderiu à transação porque precisava de uma certidão negativa de débitos para operar para a Petrobras. Queria regularizar a situação de dívidas tributárias de cerca de R\$ 22,3 milhões, sendo R\$ 10,6 milhões de juros, multa e encargos.

Inicialmente, a Fazenda Nacional tinha indicado capacidade "C" para a empresa e a dívida poderia ser paga em 120 parcelas, com redução de 100% de juros, multa e encargos e uso de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. A empresa alegou que, enquanto se preparava financeiramente para a transação, foi surpreendida com uma mudança para a categoria "B". No novo patamar, ela só teria direito a parcelar em até 60 vezes, sem redução de juros, multa e encargos.

O juiz Fabio Tenenblat, da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, havia concedido a liminar. Ele considerou que não está clara a metodologia usada pela Fazenda. Destacou a documentação apresentada, com

indicativos da "efetiva piora na situação financeira da empresa" (processo nº 5071493-74.2023.4.02.5101).

Advogados consideraram o precedente relevante, por questionar a falta de clareza nos critérios da PGFN. Mas a procuradoria conseguiu suspender a liminar.

A procuradora geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida, explica que hoje a PGFN tem acesso direto a todas as bases de dados da **Receita Federal**, do **INSS**, e está fazendo convênio com o INPI para, por exemplo, saber se a empresa está registrando uma patente ou tem propriedade industrial ou marca com algum valor.

Os casos mais complexos, em geral, passam por um processo de revisão de capacidade de pagamento, segundo Anelize. A empresa tem que pedir e levar suas provas. "O contribuinte traz informações e mostra o filme da fotografia que vimos", afirma. "Na grande maioria dos casos é indeferido."

A procuradora geral explica que a Fazenda não pode abrir totalmente os critérios de rating por questões estratégicas. "É complicado", diz. "Você não vai na Polícia Federal e pede os critérios da operação do mês que vem", acrescenta.

No processo da Brasilamarras, a União afirma que a Capag é determinada por uma fórmula pré-definida em que são considerados múltiplos fatores ao longo do tempo, como rendimento decorrente da atividade da empresa, valor do imposto total retido por terceiros e declarado, valor de notas fiscais de saída emitidas e valor da receita bruta total.

O advogado Janssen Murayama, do escritório Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados, que representa a indústria no processo, afirmou que o desembargador do TRF-2 desconsiderou os laudos que a empresa apresentou. A companhia pretende recorrer da decisão e mostrar, por meio de perícia contábil, que as métricas da Fazenda não são as mais adequadas, segundo o advogado, porque consideram o aumento de faturamento, mas não de despesas, por exemplo.

O advogado Leonardo Martins, sócio da área tributária do Machado Meyer, afirma que o precedente ainda existe, mesmo tendo sido cassado. "Ele perde força,

mas segue sendo o indicativo de entendimento de um magistrado sobre o assunto".

De acordo com Martins, o juiz ainda vai analisar o mérito. "Nada impede de reafirmar o entendimento da liminar em sentença e o tribunal vai ter que reexaminar após novo recurso da Fazenda", afirma.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
PGFN derruba liminar favorável a rating de empresa

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/09/25/pgfn-derruba-liminar-favoravel-a-rating-de-empresa.ghtm>

Vice de Tarcísio critica reforma tributária de exceções

O Brasil corre o risco de aprovar uma **reforma tributária** "das exceções e não das regras".

O alerta é do vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth.

Segundo ele, o problema está na quantidade de leis complementares que estão previstas para regulamentar a reforma.

A manifestação do vice-governador chama atenção pelo fato de a aprovação do texto da reforma na Câmara dos Deputados ter contado com o apoio do governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Em outras tentativas de reforma do sistema tributário brasileiro, São Paulo se posicionou contrariamente. Desta vez, sob o governo de Tarcísio, São Paulo entendeu que, por ser um Estado produtor e o maior centro consumidor do País, a mudança poderia causar perda de arrecadação no início mas ganho à frente.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Vamos entrar em um novo ciclo da economia; o que fazer com seu dinheiro?

Juliana Mello Sócia-diretora da Fortesec
Securizadora 25/09/2023 04h00

A redução na taxa Selic de 13,75% para 13,25% mobilizou os melhores especialistas do país em torno de uma disciplina comum ao mercado: a futurologia. Qual será o ritmo do ciclo de queda na taxa? Em que patamar deverão estacionar os juros? Essas são algumas das perguntas que todos nós fazemos diariamente.

No Brasil, costuma-se dizer que quem acerta previsão da economia é rei. De fato é. E por uma razão simples: quem faz a melhor leitura dos ciclos econômicos certamente tomará as melhores decisões a respeito do seu dinheiro. No entanto, somos o país dos imprevistos; até os melhores profissionais do mercado podem errar - e erram.

Ritmo de queda será mantido. Em ata publicada no dia 8 de agosto, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, afirmou que o ritmo de redução da taxa seria mantido, o que acabou se confirmando com a nova taxa de 12,75%, divulgada no último dia 20 - aliás, uma excelente notícia.

A decisão final depende, claro, do comportamento da **inflação** e da situação das contas públicas, já que a taxa de referência dos juros é a principal ferramenta do BC para conter a escalada dos preços. A simples disposição do Copom de manter o ritmo de redução da Selic tem o potencial de inaugurar um novo ciclo na economia brasileira, um período de retomada, de recomposição das perdas, que é o momento em que vivemos.

Soma-se à queda dos juros outras notícias positivas, como a melhora das notas do Brasil em agências internacionais de risco ao crédito, a aprovação recente do arcabouço fiscal e o avanço das discussões da **reforma tributária**. Feita a equação com todas essas variáveis, o resultado será um só: aumento do volume de investimentos no país.

Diante disso, há quem se deixe dominar pelo otimismo exagerado, que pode ser tão nocivo quanto o pessimismo em mesmo grau. Antes de qualquer coisa, é preciso entender o caráter cíclico da economia, as voltas que ela dá, e descobrir em que posição exatamente estamos, que é de retomada, de

recomposição, como dito pouco acima.

O varejo recuperou a pujança do pré-pandemia? Sabemos que não. A **inflação** pode estar sob um controle maior do que no passado, mas ainda temos um longo caminho pela frente, e a própria Selic ainda se manterá em patamares consideravelmente altos por alguns meses.

Porém, o cenário macroeconômico ganhou um pouco mais de previsibilidade nas últimas semanas, e isso significa muito para os que exercitam a futurologia.

Para entender o que isso representa, imagine que é uma situação parecida com a de dirigir na neblina: saímos de um cenário de baixa visibilidade para outro em que já conseguimos enxergar alguns metros à frente. A neblina ainda está espessa, mas a questão é que não estamos a passeio para um fim de semana no litoral. Na verdade, estamos em uma corrida. É necessário conhecer o trajeto, é importante ter uma bússola precisa, porque quem conhece de ciclos econômicos se parece com um corredor experiente. Ele sabe que a neblina passará mais dia, menos dia, e que ele precisa estar bem posicionado para quando puder pesar o pé no acelerador. O espaço para as melhores decisões é curto.

No mercado, pelo menos até aqui, compensou manter a maior parte dos investimentos na renda fixa, mas o cenário está mudando rapidamente. Os grandes investidores certamente não estão pensando na tranquilidade passageira do CDB. Para eles, há cada vez mais opções de investimentos alternativos a serem exploradas.

Aos poucos, os investimentos em renda variável começam a se tornar mais atraentes. Mais do que isso, passam a oferecer um retorno potencial que melhora dia após dia. Por outro lado, os que perderam algum dinheiro com fundos de renda variável estão no momento do ciclo de recompor a carteira e não de abandoná-la em direção ao CDB, porque é bem provável que o ponto do ciclo em que era vantajoso fazer isso já tenha passado.

Obviamente, é necessário avaliar qual é o perfil do investidor e o grau de risco que ele suporta, além de um planejamento financeiro que dê conta das suas necessidades a curto, médio e longo prazos.

Site:

<https://economia.uol.com.br/mais/colunas/2023/09/25/ciclos-economicos-previsoes-investimentos.htm>

Ruralistas, evangélicos e bancada da bala se unem no Congresso para desafiar o Supremo

POLÍTICA JB com Agência Estado

A ameaça da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) de enfrentar o Supremo Tribunal Federal (STF) e obstruir votações no Congresso enquanto o marco temporal das terras indígenas não for aprovado no Senado conta agora com o apoio das bancadas evangélica e da bala. A aliança entre as três frentes provoca tensão entre os Poderes e preocupa o Palácio do Planalto.

O movimento que conta com apoio da maioria dos partidos do Centrão e pode unir mais da metade do Congresso contra o Supremo foi iniciado quinta-feira, 21, depois que a Corte considerou inconstitucional o marco temporal das terras indígenas. Mas as articulações políticas abrangem outras pautas que opõem conservadores ao STF, como a descriminalização do aborto e do porte de drogas.

Dirigentes da FPA e das frentes parlamentares evangélica e da segurança pública vão se reunir nesta semana, em Brasília, para definir uma estratégia conjunta. A ideia é pressionar o Senado a aprovar o marco temporal das terras indígenas e dar um "ultimato" ao Supremo.

A união de deputados e senadores tem potencial para prejudicar votações de temas prioritários para o governo Lula. Na lista estão a **reforma tributária**, novas regras de cobrança de **impostos** para fundos exclusivos e offshores e até a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

"Nós vamos usar todos os instrumentos regimentais para obstruir as votações na Câmara e no Senado, com o objetivo de garantir o direito à propriedade", disse o deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da FPA.

O coordenador da Frente Parlamentar Evangélica, Silas Câmara (Republicanos-AM), afirmou que o Congresso não pode ficar de braços cruzados diante do protagonismo observado do outro lado da Praça dos Três Poderes.

"O Supremo atropela o Poder Legislativo e tenta implantar uma ditadura da toga. Não podemos aceitar isso", reagiu Câmara, numa referência ao voto da presidente do STF, Rosa Weber, favorável à

descriminalização do aborto nas 12 primeiras semanas de gestação.

A ação que trata do aborto começou a ser analisada na Corte pelo sistema eletrônico de votação, mas o ministro Luís Roberto Barroso - que assumirá a presidência da Corte no próximo dia 28, com a aposentadoria de Weber - transferiu o julgamento para o plenário físico. Não foi fixado prazo para a retomada do tema.

O STF também interrompeu, no último dia 25, o julgamento que vai decidir se o porte de maconha para uso pessoal é crime e trata da fixação de critérios para diferenciar o traficante do usuário de droga. O ministro André Mendonça pediu vista do processo, o que significa mais tempo para análise.

Pressão

Diante de um cenário de confronto frequente com a Corte, as bancadas do agro, da bala e evangélica decidiram iniciar o movimento de pressão pelo Senado. Motivo: é na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa que tramita o projeto de lei com a tese defendida pelo Centrão, segundo a qual a demarcação de territórios indígenas precisa respeitar a área ocupada até a Constituição de 1988.

O problema é que, caso seja aprovado na CCJ e passe pelo crivo do plenário do Senado, o projeto ainda terá de ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é contra. Há também duas propostas de emenda à Constituição (PECs) no Congresso que preveem a demarcação das terras indígenas.

"As nossas frentes parlamentares, juntas, têm condição de aprovar o marco temporal no Senado e as emendas constitucionais que estão na Câmara", destacou o deputado Alberto Fraga (PL-DF), que preside a frente conhecida como bancada da bala. "Eu sempre digo que é melhor ser da bala do que da mala", ironizou ele.

Para Fraga, a Câmara e o Senado precisam "tomar providências" para conter o "ativismo judicial" dos magistrados. "O Supremo ultrapassou todos os limites e está usurpando as funções do Congresso", declarou. "Vamos até as últimas consequências para vencer

essa batalha", insistiu Lupion.

A ideia é que outras bancadas também se juntem ao movimento, como a Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana, que se posiciona contra a descriminalização do aborto e reúne 193 deputados.

Na prática, muitos estão em mais de uma frente e, por isso, não é possível fazer uma conta exata do número de congressistas dispostos a enfrentar o Supremo: a FPA conta com 347 parlamentares; a bancada evangélica, com 236, e a de segurança pública, com 292.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse não ter recebido qualquer sinal de obstrução no Congresso. O Estadão apurou, no entanto, que o movimento das frentes fez acender o sinal amarelo no Planalto. Recentemente, Lula selou acordo com o Centrão, após a entrada na equipe dos ministros André Fufuca (Esporte), filiado ao PP, e Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), do Republicanos. Ao que tudo indica, porém, o primeiro racha já está no horizonte.

"Temos a convicção de que o esforço que já existia no primeiro semestre para votar e aprovar a agenda prioritária do governo, a recuperação econômica do País e a recriação dos programas sociais não só vai continuar como se ampliar", amenizou Padilha.

Site:

<https://www.jb.com.br/brasil/politica/2023/09/1046171-ruralistas-evangelicos-e-bancada-da-bala-se-unem-no-congresso-para-desafiar-o-supremo.html>

Renault defende fim de incentivos para o Nordeste

CLEIDE SILVA

O presidente da Renault do Brasil, Ricardo Gondo, defendeu a volta do Imposto de Importação de veículos elétricos, hoje zerada, e o fim do regime especial para o Nordeste e o Centro Oeste, que hoje beneficia o grupo Stellantis, com fábrica em Pernambuco, além de Caoa Chery e HPE/Mitsubishi, em Goiás. Se o incentivo for mantido, incluirá também a planta da chinesa BYD, na Bahia, com início de operações previsto para o próximo ano, nas instalações da Ford.

O executivo afirma que as empresas do setor automotivo precisam ter isonomia em suas operações, especialmente no que se refere a **impostos** federais.

O regime especial para o Nordeste e o Centro-Oeste concede créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que, segundo empresas das outras regiões, garantem vantagem de cerca de 20% no custo de produção dos veículos.

"Nós estamos no Brasil há 25 anos e já investimos muitos bilhões e há empresas mais antigas que investiram muito mais, por isso é preciso ter igualdade (de tratamento fiscal)", afirmou Gondo na semana passada. O grupo francês deve anunciar em breve um novo plano de investimento no País. O último, de R\$ 2 bilhões, iniciado em 2022, termina neste ano com o lançamento do SUV Kardian, hoje.

O modelo fabricado no Paraná será feito em uma plataforma que consumiu boa parte do investimento e que vai gerar uma família de produtos, incluindo modelos eletrificados. O novo plano contemplará gastos para a produção do primeiro híbrido flex da marca.

O discurso de Gondo se assemelha ao de outras montadoras que já se reuniram com representantes do governo para tratar do assunto, como Chevrolet, Volkswagen e Toyota.

O incentivo criado nos anos 90 estava previsto para terminar em 2025, mas há um movimento para sua extensão até 2032.

Gondo defendeu que qualquer benefício relacionado a **tributos** federais seja incluído apenas no programa

Rota 2030 (ou Mobilidade Verde), que pode ser anunciado ainda este mês. O programa prevê incentivos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento e para o lançamento de veículos mais sustentáveis.

Sobre a volta do Imposto de Importação, cuja alíquota total é de 35%, já está praticamente definido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) que a volta será gradual - cerca de 8% ao ano, segundo pessoas a par das negociações.

Assim como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Gondo espera que haja cotas para importação sem **impostos** para empresas que já produzem veículos no País, de acordo com o volume de produção.

Isso deixaria de fora, num primeiro momento, montadoras chinesas que já estão instalando fábricas locais, mas com produção prevista apenas a partir do próximo ano.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Lula deve anunciar nesta semana sucessor de Aras

INGRID SOARES

Após o giro internacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se prepara para a cirurgia de quadril à qual se submeterá no próximo dia 29. Porém, o chefe do Executivo deve resolver ainda nesta semana sobre a sucessão de Augusto Aras na Procuradoria-Geral da República. No leque de demandas, o petista também precisa indicar o substituto da ministra Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal (STF) que se aposenta no dia 2 de outubro. No entanto, essa questão deverá ficar para o próximo mês. Na visão de especialistas consultados pela reportagem, o petista quer evitar polêmicas que possam ofuscar os louros colhidos das agendas internacionais, especialmente na Assembleia da ONU, onde foi bem recebido.

Lula tem sido pressionado a escolher uma mulher negra para a vaga no STF. Neste caso, no entanto, o petista não deverá escolher com base no gênero ou raça, mas em afinidade estratégica ao governo, principalmente após a Lava-Jato. O mais cotado é o ministro da Justiça, Flávio Dino, seguido do advogado-geral da União, Jorge Messias.

Neste cenário, contudo, Lula será fortemente criticado por eleger mais um homem para o cargo na Corte, indo de encontro com o que tem pregado sobre políticas de representatividade. Durante toda a história da corte, somente três mulheres ocuparam a cadeira de ministra do STF.

Para a PGR, o vice-procurador-geral Eleitoral Paulo Gonet e o subprocurador-geral Antônio Carlos Bigonha são os nomes favoritos. Aras deixa o cargo amanhã (26). Caso Lula não indique um nome até lá, a subprocuradora-geral da República Elizeta Ramos assumirá de forma interina. Além disso, Lula também tem conversado com outros candidatos depois de ter voltado das viagens internacionais.

repercussão negativa

O cientista político Cristiano Noronha, da Arko Advice, destaca a pressão sobre Lula para a escolha de uma mulher para o Supremo. Na tentativa de contornar a repercussão negativa neste possível cenário de Dino agravado pela demissão de Ana Moser da pasta do Esporte, entre os conselhos recebidos por Lula está o de indicar o nome de uma mulher para o Ministério da

Justiça ou para a PGR.

"Para o Supremo, acho que Lula não vai usar o critério de gênero. Por isso, o nome do Flávio Dino está mais forte. Abrindo uma vaga no ministério, ele pode eventualmente indicar uma mulher. Outra possibilidade também seria indicar uma mulher para a PGR. Há uma grande expectativa, especialmente vinda do PT para que ele decida logo essa questão" pontua.

A professora de ciência política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Mayra Goulart, observa que a agenda nacional de Lula mostra um descompasso com a proeminência da pauta internacional. "Na pauta internacional, a recepção da performance do Lula, tirando entretantos na questão da Ucrânia que tem sido objeto de críticas, ele tem tido uma recepção muito boa tanto da comunidade internacional como da opinião pública no Brasil acerca da sua atuação nos fóruns multilaterais internacionais".

"Banho-maria"

Além das vacâncias, também está na mesa de Lula a exigência do PP que na **reforma ministerial**, deseja o comando da Caixa Econômica Federal para apoiar o governo nas pautas no Congresso. Com isso, o cargo de mais uma mulher, Rita Serrano, também está ameaçado. Porém, a exemplo da **reforma ministerial**, o petista deverá levar o assunto em banho-maria, observa o cientista político Rodrigo Prando, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

"Há toda uma discussão em relação ao quão é confiável o PP mesmo tendo ministérios e presença no governo Lula. Então, da mesma maneira que houve uma demora para a minirreforma, acredito que Lula vá tentar levar essa questão em banho-maria o quanto for possível pois envolve inúmeras outras negociações".

Ricardo Ismael, cientista político e professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) reforça que do ponto de vista da política internacional a agenda de Lula na ONU foi bem sucedida e que ele evitará gerar controvérsias ao menos essa semana.

"O presidente voltou com um saldo positivo da viagem internacional e não me parece que vá entrar em questões polêmicas. Ainda haverá a posse do novo

presidente do STF, ou seja, Lula ainda tem tempo e vai analisar todas as nuances do jogo político por ser uma questão mais complexa. Creio que ele vai preferir ouvir mais pensar a respeito e só decidir depois da cirurgia".

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/25/09/2023/p1>

Fortaleza para tempos duros e maduros - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

A balança comercial, que é a conta do que um país importa e exporta, tem sido positiva para o Brasil há muitos anos. É uma de nossas fortalezas para tempos duros ou maduros. Os superávits têm sido contínuos, os recordes, batidos. Mais do que isso, o bom desempenho das exportações brasileiras tem impacto específico no crescimento do Produto Interno Bruto, na criação de emprego e renda, nas reservas internacionais e em tantos outros aspectos da economia.

Num mundo em que a globalização se impõe e se mantém como necessidade, o Brasil precisa estender e ampliar as conexões com seus atuais e futuros parceiros de negócios. Ao procurar um novo mercado ou um novo cliente, o exportador adquire conhecimento, inova, melhorando seu produto e seus métodos. Além disso, transmite essas inovações para toda a cadeia produtiva à qual se liga. Ou seja, a produtividade se espalha para toda a sociedade, o que também funciona como um impulso para a criação de oportunidades individuais.

O dinamismo do comércio exterior reafirmou-se agora, mais uma vez. De janeiro a agosto, o superávit comercial foi de US\$ 62,4 bilhões, o que representou uma alta de 43% em relação a 2022. Há estimativas de que o superávit do ano poderá chegar a US\$ 90 bilhões, o maior da série histórica, iniciada em 1989.

A expectativa é de números robustos. Os bons resultados se devem em grande parte ao crescimento do agronegócio, que se firmou como um dos mais poderosos e competitivos do mundo.

As exportações do setor cresceram dos US\$ 5,3 bilhões em 2002 para US\$ 74,3 bilhões no ano passado. Os números não deixam de impressionar: nos últimos 20 anos, as exportações do agronegócio aumentaram 13 vezes.

A força das commodities é outro pilar desse vigor do comércio exterior brasileiro.

Mas há desafios, entre os quais conquistar uma presença maior dos produtos manufaturados em nossa pauta de exportações.

O potencial é significativo, dada a qualidade e a competitividade da indústria brasileira.

Os resultados do comércio exterior se inserem no quadro de melhoria das expectativas para a economia brasileira em 2023. Já é praticamente consenso que o **PIB** deve crescer 3%, bem acima do que se esperava. **É a inflação** dá sinais de que se manterá estável e os juros apontam para uma taxa de um dígito no ano que vem.

Embora discreta e sem euforia, a balança comercial é um componente a mais nesse cenário de aumento das possibilidades de que 2024 seja um ano bem melhor que o projetado. Podemos crescer mais, principalmente como resultado do avanço das medidas fiscais e a redução da taxa de juros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Copom deve usar o juro no combate ao risco fiscal? - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Especialistas em política monetária, alguns com passagem pelo Banco Central, acham que o Comitê de Política Monetária (Copom) deveria combater, com juros mais altos, os impactos inflacionários causados pela má situação fiscal do país.

O argumento desses economistas é que os documentos oficiais do Copom admitem que uma parte relevante da desancoragem das expectativas de **inflação** de longo prazo é causada pelo ceticismo dos agentes econômicos sobre o cumprimento das metas fiscais. Seria trabalho do BC combater qualquer desancoragem, independentemente da origem.

Atualmente, o mercado financeiro projeta no boletim Focus uma **inflação** de 3,5% a partir de 2025, acima da meta contínua definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%. O consenso dos analistas, por outro lado, é que haverá um déficit primário de 0,73% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024, acima do objetivo definido pelo Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, de zerar esse resultado negativo.

O próprio Copom fez alguns exercícios que mostraram que, em geral, os economistas que não acreditam no cumprimento da meta de **inflação** no longo prazo são os mesmos que acham que a meta de zerar o déficit primário não será cumprida. Isso levou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, a dizer que vivemos uma situação de "desancoragem gêmea", com o fiscal levando a um ceticismo sobre a **inflação**.

Para alguns analistas ouvidos pelo Valor, porém, ao se referir dessa forma à desancoragem das expectativas, o Banco Central no fundo está dizendo que o problema não é com ele, e sim com o fiscal. Na realidade, porém, todo o problema inflacionário deveria ser combatido pelo Banco Central, que é o guardião da moeda.

O discurso da "desancoragem gêmea" estaria passado, segundo esse entendimento, uma mensagem negativa para o mercado financeiro -que concluiu que as expectativas foram deixadas à sua própria sorte e deixaram de reduzi-las a partir de meados de julho.

O Brasil tem sofrido com a desancoragem das

expectativas desde fins do ano passado. No princípio, devia-se a uma certa descrença em relação à própria política monetária. O mercado achava que o Banco Central encerrou o ciclo de aperto sem levar a taxa Selic ao campo realmente restritivo, já que a economia demorou a dar sinais de que o aperto monetário estava se transmitindo pelos canais usuais, como o crédito. Depois, as expectativas pioraram, com as incertezas fiscais e com as discussões sobre mudar as metas de **inflação**. Em conjunto, esses fatores levaram as expectativas de **inflação** para 4% para anos a partir de 2025.

Com o passar do tempo, ficou mais claro que a política monetária estava surtindo seus efeitos. O arcabouço fiscal tirou do mapa o cenário de ruptura para as contas públicas. O governo também resolveu adotar uma meta contínua de **inflação** em 3% no CMN de junho, que tira do horizonte as discussões anuais sobre adotar um objetivo maior. Tudo isso, combinado, teve impacto para reduzir as expectativas de **inflação** para 3,5%.

A partir de agosto, porém, o Copom colocou a responsabilidade da desancoragem das expectativas na política fiscal e começou a cortar os juros. A sensação que passou para o mercado é que, para o BC, o monetário chegou ao limite do que poderia fazer.

Na realidade, não é bem assim - o Copom está levando em conta a má situação fiscal e está calibrando os juros para combater os seus efeitos na **inflação** projetada e nas expectativas. Pelo menos é o que está dito nos documentos oficiais. A ata da reunião do Copom de agosto diz que " a dinâmica fiscal seguia sendo relevante em seu cenário-base". Se está no cenário base, a projeção de **inflação**, atualmente de 3,5% para 2024 e de 3,1% para 2025, leva em conta esse fator-e exige uma dose de juro mais forte. O Copom tem evitado subscrever o cenário de queda de juros do boletim Focus, que prevê que a Selic vai cair a 9% ao ano em 2024, justamente porque a sua projeção de **inflação** indica que precisa de juros mais elevados do que isso para cumprir a meta determinada pelo CMN, de 3%.

Um economista com passagem pelo Banco Central diz que, mais do que a **inflação** projetada no cenário base, o Copom deveria deixar claro que calibra os

juros com vistas a ancorar as expectativas de **inflação** em 3%. Uma das críticas ao corte mais forte de juros em agosto, de 0,5 ponto em vez de 0,25, é que ele contribuiu pouco para mostrar determinação para reancorar as expectativas de **inflação**.

O objetivo do Copom, determinado pelo decreto que criou o regime de metas de **inflação**, é cumprir a meta, e não ancorar as expectativas. Mas é difícil separar uma coisa da outra: o custo de desinflacionar a economia aumenta muito se as expectativas longas não estiverem ancoradas na meta.

Na realidade, o BC está fazendo as duas coisas, trabalhando com o tamanho do orçamento de corte de juros para cumprir os seus objetivos. "Evidenciou-se a necessidade de se manter uma política monetária ainda contracionista pelo horizonte relevante para que se consolide a convergência da **inflação** para a meta e a ancoragem das expectativas", diz ata de agosto. O que falta é dizer alto que, embora o fiscal tenha causado a desancoragem das expectativas, o monetário é quem vai resolver o problema.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187668?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187668?page=1§ion=1)**